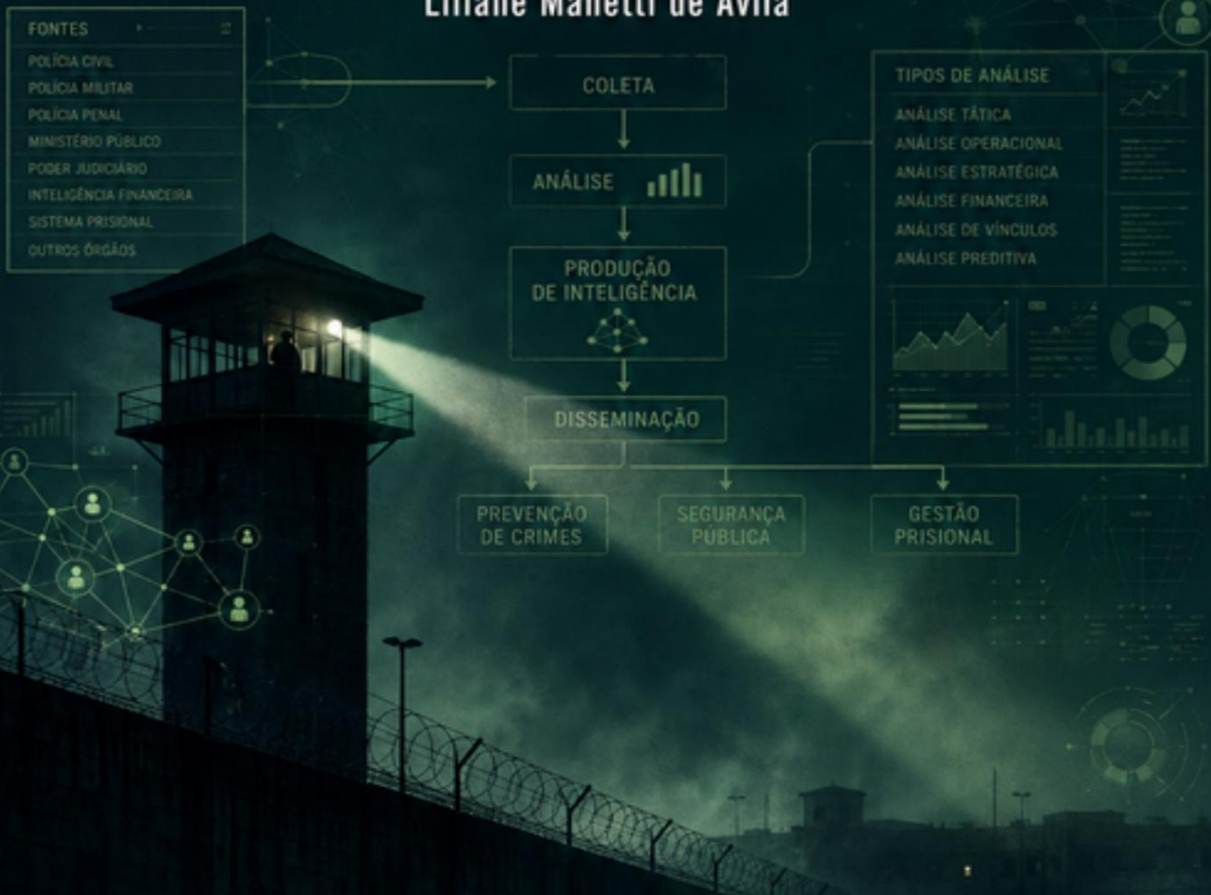


Rafael Gomes de Vargas  
Cristiano Ollé Pereira  
Fernando Luiz Schuch  
Priscila Fernandes Bessa Bello  
Bernardo Mendes Garcia  
Liliane Manetti de Avila



# INTELIGÊNCIA POLICIAL E SISTEMA PRISIONAL:

FLUXOS INFORMACIONAIS E PREVENÇÃO DE  
CRIMES INTRA E EXTRAMUROS

São Paulo | 2026

Rafael Gomes de Vargas  
Cristiano Ollé Pereira  
Fernando Luiz Schuch  
Priscila Fernandes Bessa Bello  
Bernardo Mendes Garcia  
Liliane Manetti de Avila



# INTELIGÊNCIA POLICIAL E SISTEMA PRISIONAL:

FLUXOS INFORMACIONAIS E PREVENÇÃO DE  
CRIMES INTRA E EXTRAMUROS

São Paulo | 2026

1.<sup>a</sup> edição

**Autores**

Rafael Gomes de Vargas

Cristiano Ollé Pereira

Fernando Luiz Schuch

Priscila Fernandes Bessa Bello

Bernardo Mendes Garcia

Liliane Manetti de Avila

**INTELIGÊNCIA POLICIAL E SISTEMA PRISIONAL:  
FLUXOS INFORMACIONAIS E PREVENÇÃO DE CRIMES  
INTRA E EXTRAMUROS**

ISBN 978-65-6054-365-2



**INTELIGÊNCIA POLICIAL E SISTEMA PRISIONAL:  
FLUXOS INFORMACIONAIS E PREVENÇÃO DE CRIMES  
INTRA E EXTRAMUROS**

1.<sup>a</sup> edição

SÃO PAULO  
EDITORA ARCHÉ  
2026

**Copyright © dos autores e das autoras.**

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY-NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

I585

Inteligência policial e sistema prisional [livro eletrônico] : fluxos  
informacionais e prevenção de crimes intra e extramuros /  
Rafael Gomes de Vargas ... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo, SP:  
Editora Arché, 2026.  
56 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-6054-365-2

1. Inteligência policial – Brasil. 2. Sistema prisional –  
Administração. 3. Fluxos informacionais – Segurança pública. 4.  
Prevenção de crimes – Estudos universitários. I. Vargas, Rafael  
Gomes de. II. Pereira, Cristiano Ollé. III. Schuch, Fernando Luiz. IV.  
Bello, Priscila Fernandes Bessa. V. Garcia, Bernardo Mendes. VI.  
Avila, Liliene Manetti de.

CDD 363.2

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Revista REASE cancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

1ª Edição- *Copyright* © 2026 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista e José Rafael Santos da Silva.

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos,

Ilustrações: José Rafael Santos da Silva, Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista.

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos, José Rafael Santos da Silva e Talita Tainá Pereira Batista.

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

## **EQUIPE DE EDITORES**

### **EDITORA- CHEFE**

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

### **CONSELHO EDITORIAL**

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubiranilze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciências Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinhama- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albaronedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francisne de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrada Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

## **DECLARAÇÃO DOS AUTORES**

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## DEDICATÓRIA

*Dedica-se este trabalho àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste percurso acadêmico, especialmente aos profissionais da segurança pública que atuam diariamente na preservação da ordem e da justiça.*

## APRESENTAÇÃO

A segurança pública contemporânea enfrenta desafios cada vez mais complexos, especialmente diante da atuação estruturada de organizações criminosas que operam de forma articulada dentro e fora do sistema prisional. Nesse cenário, o ambiente carcerário deixa de ser apenas um espaço destinado à custódia de indivíduos privados de liberdade e passa a desempenhar papel relevante na dinâmica criminal, funcionando, muitas vezes, como ponto de convergência de informações, decisões e estratégias ilícitas.

A atuação dessas organizações evidencia que o sistema prisional não se limita ao controle interno da população carcerária, mas se conecta diretamente com práticas criminosas que se projetam para além dos muros das unidades prisionais. Dessa forma, torna-se imprescindível compreender como as informações produzidas, coletadas e compartilhadas nesse ambiente podem subsidiar ações de prevenção e repressão qualificada por parte dos órgãos de segurança pública.

Nesse contexto, a inteligência policial assume papel estratégico, sendo responsável pela produção de conhecimento a partir da análise sistematizada de dados e informações relevantes. A atividade de inteligência não se restringe à coleta de dados, mas envolve processos

estruturados de interpretação e disseminação de informações que auxiliam na tomada de decisão, permitindo antecipar ameaças e orientar intervenções mais eficazes.

Entretanto, a efetividade da inteligência policial está diretamente relacionada à qualidade e à circulação das informações disponíveis. No âmbito do sistema prisional, os fluxos informacionais podem apresentar limitações decorrentes de fatores estruturais, organizacionais e culturais, o que impacta a capacidade de identificação de riscos e de prevenção de crimes, tanto no interior das unidades quanto no meio externo.

Diante desse cenário, surge a necessidade de analisar de que forma a gestão dos fluxos informacionais no sistema prisional influencia a atuação da inteligência policial, especialmente no que se refere à prevenção de crimes intra e extramuros. A compreensão dessa relação possibilita identificar fragilidades e potencialidades no processo de produção do conhecimento de inteligência, contribuindo para o aprimoramento das práticas institucionais.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a influência dos fluxos informacionais no sistema prisional sobre a atuação da inteligência policial na prevenção de crimes. Como objetivos específicos, busca-se examinar os fundamentos da inteligência policial, compreender

a dinâmica informacional no ambiente prisional, identificar os principais entraves na circulação de informações e avaliar a contribuição da gestão informacional para a antecipação de práticas criminosas.

A pesquisa será desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em obras, artigos científicos e documentos institucionais relacionados à temática, permitindo a construção de um referencial teórico consistente e alinhado às exigências acadêmicas. A escolha desse método possibilita a análise crítica de diferentes perspectivas sobre o tema, contribuindo para a sistematização do conhecimento existente.

Por fim, destaca-se que o estudo se justifica pela relevância do tema no contexto da segurança pública, sobretudo diante da necessidade de integração entre os órgãos responsáveis pela gestão prisional e pela atividade de inteligência. A produção de conhecimento sobre os fluxos informacionais nesse ambiente pode contribuir para o fortalecimento das estratégias de prevenção criminal e para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 01</b> .....	<b>15</b>
INTELIGÊNCIA POLICIAL: FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES	
<b>CAPÍTULO 02</b> .....	<b>21</b>
O SISTEMA PRISIONAL COMO AMBIENTE INFORMACIONAL	
<b>CAPÍTULO 03</b> .....	<b>27</b>
FLUXOS INFORMACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL	
<b>CAPÍTULO 04</b> .....	<b>32</b>
INTELIGÊNCIA POLICIAL E PREVENÇÃO DE CRIMES INTRA E EXTRAMUROS	
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>39</b>
<b>FLUXO INFORMACIONAL APLICADO À INTELIGÊNCIA POLICIAL NO SISTEMA PRISIONAL</b> .....	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>49</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>52</b>

## **CAPÍTULO 01**

# **INTELIGÊNCIA POLICIAL: FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES**

### **INTELIGÊNCIA POLICIAL: FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES**

A inteligência policial consolidou-se, nas últimas décadas, como instrumento fundamental para o aprimoramento das políticas de segurança pública. Em um cenário marcado pela complexidade das dinâmicas criminais, especialmente diante da atuação estruturada de organizações criminosas, torna-se insuficiente a adoção de estratégias meramente reativas. Nesse contexto, a inteligência policial assume papel central ao possibilitar a antecipação de riscos e a construção de respostas mais eficientes.

A importância dessa atividade decorre da necessidade de transformar informações dispersas em conhecimento qualificado, capaz de orientar decisões estratégicas. Conforme destaca Cepik (2003, p. 28), “a inteligência consiste na produção de conhecimento a partir da coleta e análise sistemática de informações”. Essa perspectiva evidencia que o valor da inteligência não está na simples obtenção de dados, mas na capacidade de interpretá-los de forma crítica e contextualizada.

Dessa forma, a inteligência policial não se limita a uma função

auxiliar, mas se configura como elemento estruturante da atuação estatal no campo da segurança pública, contribuindo para a racionalização do uso de recursos e para o aumento da efetividade das ações.

### **1.1 Conceito de inteligência policial**

A inteligência policial pode ser compreendida como o conjunto de atividades sistematizadas voltadas à obtenção, análise e disseminação de informações relevantes para a tomada de decisão. Trata-se de um processo contínuo, orientado por métodos específicos, cujo objetivo é reduzir incertezas e ampliar a capacidade de resposta institucional.

Nesse sentido, Ratcliffe (2008, p. 87) afirma que “a inteligência policial eficaz depende da capacidade de transformar dados em conhecimento acionável”, evidenciando que a utilidade da informação está diretamente relacionada à sua aplicabilidade prática.

No contexto brasileiro, Costa (2009, p. 33) reforça essa compreensão ao afirmar que “a inteligência policial é um instrumento essencial para a produção de conhecimento estratégico voltado à segurança pública”. Essa abordagem destaca o papel da inteligência na formulação de políticas e na definição de prioridades operacionais.

Além disso, a inteligência policial apresenta caráter prospectivo,

buscando identificar tendências e antecipar comportamentos. Essa característica representa uma mudança em relação aos modelos tradicionais de policiamento, historicamente centrados na resposta a eventos já ocorridos.

A consolidação dessa atividade exige a adoção de padrões técnicos, a capacitação de profissionais e a integração entre diferentes órgãos, garantindo a produção de conhecimento confiável e relevante.

## **1.2 O ciclo da inteligência**

A atividade de inteligência é estruturada por meio de um processo conhecido como ciclo da inteligência, que organiza as etapas necessárias para a produção do conhecimento. Esse modelo permite sistematizar as atividades e garantir maior eficiência na utilização das informações disponíveis.

A fase inicial corresponde ao planejamento, momento em que são definidas as necessidades informacionais. Em seguida, ocorre a coleta de dados, que pode envolver diferentes fontes e métodos.

Posteriormente, as informações passam pela etapa de processamento, na qual são organizadas e preparadas para análise. A fase analítica constitui o núcleo da atividade, sendo responsável pela

transformação dos dados em conhecimento.

Por fim, a disseminação garante que o produto de inteligência seja transmitido aos tomadores de decisão.

Conforme Cepik (2003, p. 35), “o ciclo da inteligência é um processo contínuo e interdependente, no qual cada etapa influencia diretamente as demais”. Essa característica evidencia a necessidade de integração entre as fases, garantindo a qualidade do resultado.

A ausência de qualquer uma dessas etapas compromete a efetividade da inteligência, reduzindo sua capacidade de subsidiar decisões estratégicas.

### **1.3 Inteligência policial na segurança pública**

No âmbito da segurança pública, a inteligência policial desempenha função estratégica ao possibilitar a transição de um modelo reativo para um modelo preventivo. Essa mudança implica a valorização da informação como elemento central na formulação de políticas e na condução de ações operacionais.

Ratcliffe (2016, p. 12) destaca que “o policiamento orientado pela inteligência permite direcionar recursos de forma mais eficiente, focando em problemas prioritários”. Essa abordagem contribui para a redução da

criminalidade ao priorizar ações baseadas em evidências.

No contexto brasileiro, Mingardi (2007, p. 52) observa que “o enfrentamento do crime organizado exige conhecimento aprofundado sobre suas estruturas e formas de atuação”, o que reforça a importância da inteligência policial como ferramenta estratégica.

Entretanto, a efetividade dessa atividade depende da integração entre instituições e do compartilhamento de informações. A fragmentação institucional representa obstáculo significativo, dificultando a construção de análises abrangentes.

Dessa forma, a consolidação da inteligência policial como instrumento essencial à segurança pública exige não apenas investimento tecnológico, mas também mudanças estruturais e culturais que favoreçam a cooperação interinstitucional.

## **CAPÍTULO 02**

### **O SISTEMA PRISIONAL COMO AMBIENTE INFORMACIONAL**

## **O SISTEMA PRISIONAL COMO AMBIENTE INFORMACIONAL**

O sistema prisional, tradicionalmente concebido como espaço destinado à execução da pena privativa de liberdade, tem assumido papel cada vez mais relevante na compreensão das dinâmicas criminais contemporâneas. Longe de constituir um ambiente isolado, as unidades prisionais integram-se de forma direta às redes sociais e criminais que operam no meio externo, estabelecendo fluxos contínuos de interação e troca de informações.

Nesse sentido, o ambiente carcerário passa a ser compreendido como espaço estratégico não apenas para a contenção de indivíduos, mas também para a articulação de práticas ilícitas e circulação de informações relevantes para a segurança pública. Conforme destacam Adorno e Salla (2007, p. 15), “as prisões brasileiras deixaram de ser meros locais de cumprimento de pena, tornando-se centros de organização e difusão de práticas criminosas”.

Essa constatação reforça a necessidade de analisar o sistema prisional sob uma perspectiva ampliada, que considere suas dimensões informacionais. As informações que circulam nesse espaço influenciam

comportamentos, orientam decisões e impactam diretamente a dinâmica criminal, exigindo atenção por parte dos órgãos de inteligência.

## **2.1 Características do sistema prisional brasileiro**

O sistema prisional brasileiro apresenta desafios estruturais relevantes que influenciam diretamente seu funcionamento e sua capacidade de controle. A superlotação, a escassez de recursos e a limitação de pessoal comprometem a gestão das unidades e favorecem a formação de estruturas informais de poder.

Nesse contexto, organizações criminosas encontram ambiente propício para expansão de sua influência. Conforme aponta Dias (2013, p. 67), “o ambiente prisional constitui espaço privilegiado para a consolidação de vínculos e fortalecimento das organizações criminosas”.

A precariedade das condições institucionais contribui para a perda de controle estatal em determinados contextos, permitindo que lideranças internas exerçam influência sobre outros internos e sobre a dinâmica da unidade. Essa realidade impacta diretamente os fluxos informacionais, uma vez que a circulação de informações passa a ocorrer também por canais informais, muitas vezes fora do alcance institucional.

Além disso, a heterogeneidade da população carcerária

intensifica a complexidade das relações estabelecidas, favorecendo a formação de redes que extrapolam os limites físicos das unidades prisionais.

## **2.2 Dinâmicas criminais no ambiente prisional**

As dinâmicas criminais no ambiente prisional são marcadas pela atuação estruturada de organizações que utilizam o cárcere como espaço de articulação. Essas organizações estabelecem hierarquias internas, definem estratégias e mantêm comunicação constante com o meio externo.

Segundo Mingardi (2007, p. 45), “o crime organizado depende fundamentalmente da circulação de informações para manter sua estrutura e sua capacidade de atuação”. Essa lógica é claramente observada no sistema prisional, onde a comunicação entre internos e agentes externos permite a continuidade de práticas ilícitas.

Essa comunicação pode ocorrer por diferentes meios, incluindo mecanismos formais e informais, o que dificulta o controle institucional. A existência desses fluxos reforça a interdependência entre o ambiente prisional e o meio externo, evidenciando que as ações criminosas não se restringem ao espaço físico das unidades.

A compreensão dessas dinâmicas é essencial para a atuação da inteligência policial, pois permite identificar padrões de comportamento e antecipar ações criminosas.

### **2.3 O sistema prisional como fonte de produção de conhecimento**

Apesar das limitações estruturais, o sistema prisional apresenta significativo potencial como fonte de produção de conhecimento para a inteligência policial. As informações geradas nesse ambiente, quando devidamente analisadas, podem revelar estruturas organizacionais, vínculos e estratégias criminosas.

Nesse sentido, a atividade de inteligência depende da capacidade de transformar dados em conhecimento útil. Conforme Cepik (2003, p. 29), “a inteligência consiste na transformação de informação em conhecimento relevante para a tomada de decisão”.

Entretanto, essa transformação exige estruturas adequadas de gestão informacional, o que nem sempre está presente no sistema prisional brasileiro. A ausência de integração entre órgãos e a falta de padronização nos registros limitam o aproveitamento das informações disponíveis.

Ainda assim, quando adequadamente explorado, o ambiente

prisional pode contribuir significativamente para a antecipação de ameaças e para o desenvolvimento de estratégias preventivas, reforçando seu papel como elemento estratégico na segurança pública.

## **CAPÍTULO 03**

### **FLUXOS INFORMACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL**

## **FLUXOS INFORMACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL**

A análise dos fluxos informacionais no sistema prisional constitui elemento fundamental para compreender a atuação da inteligência policial. O ambiente carcerário caracteriza-se por intensa circulação de informações, resultante das interações entre internos, servidores e agentes externos.

Essa dinâmica informacional, quando não estruturada, pode favorecer a continuidade de práticas criminosas. Conforme observa Costa (2009, p. 34), “a informação, quando não tratada adequadamente, perde seu potencial estratégico e pode até favorecer a desorganização institucional”.

Dessa forma, a gestão dos fluxos informacionais assume papel central na segurança pública, sendo essencial para a produção de conhecimento de inteligência.

### **3. 1 Conceito de fluxo informacional aplicado à segurança pública**

O fluxo informacional refere-se ao percurso da informação desde sua origem até sua utilização. No contexto da segurança pública, esse fluxo envolve a produção, coleta, análise e disseminação de dados relevantes.

A informação somente adquire valor quando devidamente analisada. Nesse sentido, Ratcliffe (2008, p. 87) afirma que “a

inteligência policial eficaz depende da capacidade de transformar dados em conhecimento acionável”.

No sistema prisional, os fluxos informacionais são complexos, envolvendo múltiplos atores e diferentes níveis de formalidade, o que exige mecanismos estruturados para sua gestão.

### **3.2 Produção, coleta e registro de informações no ambiente prisional**

A produção de informações no sistema prisional ocorre de forma contínua, sendo resultado das rotinas institucionais e das interações sociais. Registros disciplinares, observações comportamentais e movimentações de internos constituem fontes relevantes.

Entretanto, a eficácia da coleta depende da capacitação dos profissionais e da existência de protocolos claros. A ausência de padronização compromete a qualidade dos dados e dificulta sua análise posterior.

Além disso, a limitação de recursos tecnológicos e humanos representa obstáculo significativo para a sistematização das informações, reduzindo seu potencial de utilização pela inteligência policial.

### **3.3 Compartilhamento de informações entre órgãos**

O compartilhamento de informações entre órgãos de segurança pública constitui um dos principais desafios para a efetividade da inteligência policial. A fragmentação institucional dificulta a circulação de dados e compromete a construção de análises mais abrangentes.

Segundo a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (BRASIL, 2014, p. 12), “a integração entre os órgãos é condição essencial para a efetividade da atividade de inteligência”.

A ausência dessa integração resulta em perda de informações relevantes e limita a capacidade de antecipação de ameaças. Por outro lado, a cooperação interinstitucional potencializa a atuação estatal e contribui para a prevenção criminal.

### **3.4 Barreiras e limitações nos fluxos informacionais**

Os fluxos informacionais no sistema prisional são impactados por diversas limitações, incluindo fatores estruturais, tecnológicos e culturais. A superlotação, por exemplo, dificulta o monitoramento adequado e compromete a coleta de informações qualificadas.

Além disso, a falta de sistemas informatizados integrados impede o acesso rápido aos dados, reduzindo sua utilidade para a tomada de

decisão.

Outro aspecto relevante diz respeito à cultura organizacional. A resistência ao compartilhamento de informações e a ausência de valorização da inteligência contribuem para a fragilidade dos fluxos informacionais.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o aprimoramento desses fluxos depende de investimentos estruturais, tecnológicos e institucionais, além da promoção de uma cultura voltada à integração e ao uso estratégico da informação.

## **CAPÍTULO 04**

### **INTELIGÊNCIA POLICIAL E PREVENÇÃO DE CRIMES INTRA E EXTRAMUROS**

## **INTELIGÊNCIA POLICIAL E PREVENÇÃO DE CRIMES INTRA E EXTRAMUROS**

A relação entre inteligência policial e sistema prisional evidencia-se de forma mais clara quando analisada sob a perspectiva da prevenção criminal. O ambiente carcerário, ao concentrar indivíduos vinculados a diferentes dinâmicas delitivas, transforma-se em espaço estratégico tanto para a articulação de práticas ilícitas quanto para a produção de informações relevantes.

Nesse contexto, a inteligência policial atua como instrumento capaz de transformar essas informações em conhecimento, permitindo a antecipação de riscos e a adoção de medidas preventivas. Conforme Costa (2009, p. 36), “a inteligência policial deve orientar a ação estatal, reduzindo a incerteza e aumentando a eficiência das intervenções”.

Dessa forma, a prevenção criminal passa a depender não apenas da repressão, mas da capacidade de compreender e antecipar as dinâmicas que estruturam a criminalidade.

### **4.1 Prevenção de crimes no interior das unidades prisionais**

No interior das unidades prisionais, a inteligência policial

contribui para a identificação de riscos e para a prevenção de eventos críticos, como rebeliões e fugas. A análise de comportamentos, a identificação de lideranças e o monitoramento de relações entre internos permitem a adoção de medidas preventivas.

Segundo Dias (2013, p. 89), “o controle das dinâmicas internas depende do conhecimento das relações de poder estabelecidas no interior das prisões”. Essa afirmação reforça a importância da inteligência como instrumento de gestão prisional.

A atuação baseada em informação qualificada possibilita intervenções mais precisas, reduzindo a necessidade de ações reativas e contribuindo para a manutenção da ordem.

## **4.2 Impactos extramuros das organizações criminosas**

As organizações criminosas frequentemente mantêm sua capacidade de atuação mesmo com parte de seus membros encarcerados. O sistema prisional, nesse contexto, funciona como espaço de articulação de atividades ilícitas que se projetam para o meio externo.

Conforme Adorno e Salla (2007, p. 18), “as organizações criminosas utilizam o sistema prisional como base de coordenação de ações externas”. Essa realidade evidencia a necessidade de

monitoramento constante das informações produzidas nesse ambiente.

A análise dessas informações permite identificar redes criminosas, compreender sua estrutura e desenvolver estratégias de enfrentamento mais eficazes.

#### **4.3 A atuação da inteligência policial na antecipação de crimes**

A principal contribuição da inteligência policial reside em sua capacidade de antecipar eventos, permitindo a adoção de medidas preventivas. Esse processo envolve a identificação de padrões, a correlação de dados e a construção de cenários prospectivos.

Ratcliffe (2008, p. 92) afirma que “a antecipação de crimes depende da análise sistemática de informações e da identificação de tendências”. Essa abordagem reforça o caráter preventivo da inteligência policial.

A antecipação reduz a incerteza e permite a atuação estatal de forma mais eficiente, contribuindo para a redução da criminalidade.

#### **4.4 Integração entre inteligência e gestão prisional**

A efetividade da inteligência policial no contexto prisional depende da integração entre os diferentes órgãos envolvidos. A

cooperação entre administração penitenciária e forças policiais é essencial para garantir a circulação adequada das informações.

De acordo com a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (BRASIL, 2014, p. 14), “a integração entre os órgãos de segurança pública é condição indispensável para a produção de conhecimento de inteligência”.

A ausência dessa integração compromete a efetividade das ações e limita a capacidade de prevenção. Por outro lado, a atuação coordenada potencializa os resultados e contribui para o enfrentamento das dinâmicas criminais contemporâneas.

## **DISCUSSÃO**

A análise dos fluxos informacionais no sistema prisional, articulada com os fundamentos da inteligência policial, permite compreender que a eficácia das ações de prevenção criminal está diretamente relacionada à capacidade institucional de produzir, organizar e utilizar informações de maneira estratégica. Ao longo do desenvolvimento teórico, observa-se que o ambiente prisional concentra um volume significativo de dados relevantes, decorrentes tanto das rotinas administrativas quanto das dinâmicas sociais e criminais que se

estabelecem no interior das unidades.

Entretanto, a simples existência dessas informações não garante sua utilidade para a atividade de inteligência. Conforme evidenciado na literatura, a transformação de dados em conhecimento exige processos estruturados de análise, além de mecanismos eficientes de disseminação. Nesse sentido, verifica-se que uma das principais fragilidades do sistema reside na ausência de fluxos informacionais plenamente integrados, o que compromete a capacidade de antecipação de eventos e de tomada de decisões fundamentadas.

Outro aspecto relevante diz respeito à fragmentação institucional. A atuação isolada entre os diferentes órgãos de segurança pública dificulta o compartilhamento de informações e limita a construção de uma visão abrangente sobre as dinâmicas criminais. Essa desarticulação impacta diretamente a efetividade da inteligência policial, que depende da integração de dados provenientes de múltiplas fontes.

Além disso, fatores estruturais, como a superlotação e a insuficiência de recursos humanos e tecnológicos, contribuem para a precarização dos processos de coleta e registro de informações. Tais limitações reduzem a qualidade dos dados disponíveis e dificultam sua

sistematização, comprometendo a produção de conhecimento confiável.

Sob a perspectiva operacional, observa-se que a ausência de padronização nos procedimentos informacionais também representa um obstáculo significativo. A falta de protocolos claros para registro, análise e compartilhamento de dados gera inconsistências e impede a consolidação de um sistema eficiente de inteligência.

Por outro lado, o estudo evidencia que o sistema prisional possui elevado potencial como fonte de informações estratégicas. Quando adequadamente explorado, esse ambiente pode fornecer subsídios importantes para a identificação de padrões criminais, mapeamento de organizações e antecipação de riscos.

Dessa forma, a discussão aponta para a necessidade de fortalecimento dos fluxos informacionais, por meio da integração institucional, do investimento em tecnologia e da capacitação dos profissionais envolvidos. A consolidação dessas medidas tende a ampliar a efetividade da inteligência policial e contribuir para a construção de estratégias mais eficientes de prevenção criminal.

## **CONCLUSÃO**

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a influência dos fluxos informacionais no sistema prisional sobre a atuação da inteligência policial na prevenção de crimes intra e extramuros. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a informação constitui elemento central para a atividade de inteligência, sendo sua qualidade e circulação fatores determinantes para a eficácia das ações de segurança pública.

A análise demonstrou que o sistema prisional desempenha papel relevante na dinâmica criminal contemporânea, não apenas como espaço de custódia, mas como ambiente de produção e circulação de informações. Essa característica reforça a necessidade de sua inserção estratégica nas atividades de inteligência policial, especialmente no que se refere à prevenção de crimes que se originam ou se articulam a partir desse contexto.

Verificou-se que a existência de fluxos informacionais estruturados é fundamental para a transformação de dados em conhecimento útil. No entanto, foram identificadas limitações significativas relacionadas à fragmentação institucional, à ausência de integração entre órgãos, às deficiências tecnológicas e à falta de padronização nos processos informacionais. Tais fatores comprometem a capacidade do Estado de antecipar ameaças e de atuar de forma preventiva.

Por outro lado, constatou-se que o aprimoramento desses fluxos pode potencializar a atuação da inteligência policial, permitindo a

identificação de padrões, a análise de vínculos e a construção de cenários prospectivos. A integração entre administração prisional e órgãos de segurança pública revela-se, portanto, elemento essencial para o enfrentamento das dinâmicas criminais que transcendem os limites físicos das unidades prisionais.

Conclui-se que a efetividade da inteligência policial no contexto prisional depende não apenas da disponibilidade de informações, mas da existência de estruturas capazes de organizá-las, analisá-las e disseminá-las de forma eficiente. Nesse sentido, recomenda-se o investimento em sistemas integrados de informação, a capacitação contínua dos profissionais e o fortalecimento da cooperação interinstitucional.

Por fim, destaca-se que o tema apresenta relevância significativa para o campo da segurança pública, indicando a necessidade de novos estudos que aprofundem a análise sobre a relação entre sistema prisional, inteligência policial e prevenção criminal, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.



**FLUXO INFORMACIONAL APLICADO À INTELIGÊNCIA  
POLICIAL NO SISTEMA PRISIONAL**

## **FLUXO INFORMACIONAL APLICADO À INTELIGÊNCIA POLICIAL NO SISTEMA PRISIONAL**

O fluxo informacional no contexto do sistema prisional pode ser compreendido como um processo estruturado que envolve a produção, coleta, análise e disseminação de informações relevantes para a atividade de inteligência policial. Esse fluxo é essencial para a identificação de ameaças, prevenção de crimes e apoio à tomada de decisão no âmbito da segurança pública.

De forma sistematizada, o fluxo informacional pode ser representado pelas seguintes etapas:

### **1. Produção da informação**

Corresponde à geração inicial de dados no ambiente prisional, a partir de fontes como registros administrativos, observação de comportamento dos internos, relatórios disciplinares, movimentações carcerárias e comunicações identificadas. Essa etapa é contínua e depende da atuação dos servidores que operam diretamente no ambiente prisional.

### **2. Coleta de dados**

Consiste na captação sistemática das informações produzidas.

Pode ocorrer por meio de registros formais, sistemas informatizados, relatórios operacionais e outras fontes institucionais. A qualidade dessa etapa está diretamente relacionada à capacitação dos profissionais e à existência de protocolos definidos.

### **3. Registro e organização**

Refere-se à sistematização das informações coletadas em bancos de dados ou sistemas de informação. O registro adequado permite a recuperação e o cruzamento de dados, sendo fundamental para a análise posterior.

### **4. Análise da informação**

Etapa central do processo, na qual os dados são interpretados, correlacionados e transformados em conhecimento. A análise busca identificar padrões, vínculos, tendências e possíveis ameaças, subsidiando a produção de inteligência.

### **5. Produção do conhecimento de inteligência**

Resultado da análise, consiste na elaboração de relatórios, informes ou documentos técnicos que sintetizam as informações relevantes e indicam possíveis cenários e riscos.

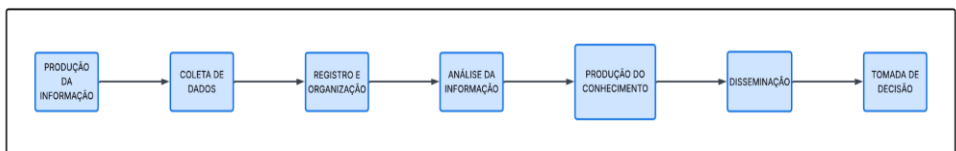
## 6. Disseminação da informação

Corresponde ao compartilhamento do conhecimento produzido com os órgãos competentes, como forças policiais, setores de inteligência e administração penitenciária. Essa etapa deve ocorrer de forma oportuna e segura.

## 7. Tomada de decisão

Etapa final do fluxo, na qual os gestores utilizam o conhecimento produzido para orientar ações operacionais, estratégias de prevenção e políticas de segurança pública.

## REPRESENTAÇÃO SIMPLIFICADA DO FLUXO



## CONSIDERAÇÕES

A eficiência desse fluxo depende da integração entre os órgãos

envolvidos, da padronização de procedimentos e do uso de tecnologias adequadas. Falhas em qualquer uma das etapas comprometem a qualidade do conhecimento produzido e reduzem a capacidade de prevenção de crimes, tanto no ambiente prisional quanto no meio externo.

## **ANEXO B – MODELO DE RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL (AMBIENTE PRISIONAL)**

A seguir, apresenta-se um modelo simplificado de relatório de inteligência, aplicável ao contexto do sistema prisional.

### **RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA Nº [XXXX/ANO]**

Órgão: [Nome do órgão]

Setor: [Unidade de inteligência]

Data: [dd/mm/aaaa]

Classificação: [Restrito / Confidencial / Secreto]

#### **1. ASSUNTO**

Análise de informações relacionadas à atuação de indivíduos privados de liberdade com possível vínculo a organização criminosa.

#### **2. OBJETIVO**

Apresentar informações relevantes para subsidiar a tomada de decisão quanto à prevenção de possíveis ações criminosas intra e extramuros.

### **3. DADOS COLETADOS**

Foram identificadas comunicações e movimentações atípicas envolvendo internos da unidade, indicando possível articulação de ações externas. Registros administrativos e observações operacionais apontam para a atuação coordenada de determinados indivíduos.

### **4. ANÁLISE**

A análise das informações sugere a existência de estrutura organizada, com definição de papéis e comunicação ativa com indivíduos em liberdade. Observa-se padrão compatível com práticas associadas a organizações criminosas, indicando risco potencial de continuidade de atividades ilícitas fora da unidade prisional.

### **5. AVALIAÇÃO DE RISCO**

Classifica-se o risco como moderado a elevado, considerando a capacidade de articulação identificada e a possibilidade de execução de

ações externas.

## **6. RECOMENDAÇÕES**

Com base no que foi apresentado, sugere-se:

- Intensificação do monitoramento dos indivíduos identificados;
- Compartilhamento das informações com órgãos de segurança pública;
- Adoção de medidas administrativas para mitigação dos riscos.

## **7. CONCLUSÃO**

As informações analisadas indicam a necessidade de acompanhamento contínuo e atuação integrada entre os órgãos competentes, visando à prevenção de possíveis ações criminosas.



## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. *Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

BEATO FILHO, Cláudio C. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. *Lei de Execução Penal*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública*. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN)*. Brasília, DF, 2019.

CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Inteligência policial e produção do conhecimento*. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 32-45, 2009.

DIAS, Camila Nunes. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARLAND, David. *A cultura do controle*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MINGARDI, Guaracy. *O Estado e o crime organizado*. São Paulo: IBCCRIM, 2007.

RATCLIFFE, Jerry H. *Intelligence-led policing*. Cullompton: Willan Publishing, 2008.

RATCLIFFE, Jerry H. *Intelligence-led policing*. 2. ed. New York: Routledge, 2016.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violência e criminalidade no Brasil contemporâneo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 5-18, 2004.

ZILLI, Luís Felipe. *Crime organizado: conceitos e características*. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 20, n. 97, p. 45-72, 2012

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração penitenciária,  
637, 670

Análise da informação, 467, 511,  
512, 514, 528, 529, 535, 587,  
594, 607, 612, 619, 631, 632,  
633, 646, 659, 660, 670

Antecipação de crimes, 421, 427,  
447, 458, 507, 515, 541, 556,  
571, 572, 574, 576, 588, 596, 609

### C

Ciclo da inteligência, 461, 462,  
469

Coleta de dados, 449, 465, 528,  
531, 534, 536, 545, 591, 619,  
625, 627

Compartilhamento de  
informações, 419, 478, 537, 538,

547, 589, 594, 637, 667

Crime organizado, 416, 418, 446,  
477, 489, 495, 496, 501, 503,  
555, 565, 566, 568, 570, 596,  
653, 661

### D

Disseminação da informação,  
421, 453, 468, 528, 587, 612,  
619, 636, 638

### E

Efetividade, 422, 451, 471, 478,  
538, 540, 578, 581, 584, 589,  
590, 597, 598, 604, 612

### F

Fluxo informacional, 370, 373,  
423, 424, 425, 426, 431, 487,  
491, 498, 520, 521, 522, 525,  
526, 527, 530, 543, 544, 547,

548, 584, 588, 593, 597, 603,  
607, 608, 610, 612, 617, 618,  
619, 621, 641, 643

## **G**

Gestão prisional, 430, 493, 563,  
577

## **I**

Integração interinstitucional,  
430, 460, 470, 478, 480, 514,  
538, 539, 540, 541, 542, 546,  
548, 577, 578, 579, 580, 581,  
582, 588, 589, 590, 597, 608,  
611, 613, 643, 670

Inteligência policial, 369, 372,  
420, 421, 422, 424, 426, 427,  
444, 445, 447, 449, 451, 452,  
453, 456, 458, 460, 461, 462,  
471, 472, 473, 475, 477, 480,  
491, 507, 509, 511, 521, 525,

529, 536, 538, 540, 547, 552,  
553, 554, 556, 557, 560, 563,  
571, 572, 575, 577, 578, 580,  
582, 584, 586, 590, 598, 603,  
606, 610, 612, 614, 617, 618,  
619, 634, 645

## **O**

Organizações criminosas, 416,  
418, 446, 489, 495, 496, 501,  
502, 565, 566, 568, 653, 661

## **P**

Planejamento estratégico, 434,  
436, 442, 483

Política Nacional de Inteligência  
de Segurança Pública, 540, 580

Prevenção de crimes, 370, 373,  
424, 426, 427, 431, 515, 542,  
553, 554, 558, 559, 560, 572,  
575, 581, 582, 584, 598, 603,

606, 609, 614, 620, 644, 655, 670

Produção de conhecimento, 420,  
425, 449, 456, 460, 462, 508,  
509, 512, 525, 540, 580, 584,  
592, 634

## **R**

Registro de informações, 514,  
528, 531, 533, 535, 546, 591,  
593, 594, 623, 626, 628, 629,  
630, 658

Relatório de inteligência, 635,  
645, 646, 647

## **S**

Segurança pública, 414, 416,  
419, 420, 430, 431, 445, 451,  
456, 457, 472, 473, 480, 488,  
515, 525, 526, 528, 538, 540,  
580, 584, 589, 604, 611, 613,  
614, 620, 640, 667

Sistema prisional, 369, 372, 416,  
417, 418, 423, 424, 426, 427,  
430, 431, 485, 486, 488, 490,  
492, 493, 496, 498, 500, 501,  
504, 505, 506, 508, 509, 513,  
515, 520, 521, 522, 530, 531,  
532, 544, 554, 566, 567, 568,  
577, 584, 585, 595, 603, 605,  
606, 612, 614, 617, 618, 619,  
623, 646

Superlotação, 494, 545, 591

## **T**

Tomada de decisão, 421, 453,  
454, 468, 512, 546, 588, 620,  
639, 640, 641, 655

**INTELIGÊNCIA POLICIAL E SISTEMA PRISIONAL:  
FLUXOS INFORMACIONAIS E PREVENÇÃO DE CRIMES INTRA E  
EXTRAMUROS**

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.  
São Paulo- SP.  
Telefone: +55(11) 5107- 0941  
<https://periodicorease.pro.br>  
[contato@periodicorease.pro.br](mailto:contato@periodicorease.pro.br)

**INTELIGÊNCIA POLICIAL E SISTEMA PRISIONAL:  
FLUXOS INFORMACIONAIS E PREVENÇÃO DE CRIMES INTRA E  
EXTRAMUROS**

